



escola de gestores  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA FAMILIAR NO AMBIENTE  
ESCOLAR**

**ELIANE APARECIDA DOS SANTOS SENA**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA FAMILIAR NO AMBIENTE  
ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mariangela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Eliane Aparecida dos Santos Sena**

### **A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA FAMILIAR NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Mariangela Rodrigues Lima Machado – Orientadora

---

Eliane Aparecida dos Santos Sena

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, força maior que nos conduz em todos os momentos. A minha mãe presença constante em minha vida, sempre torcendo pelo meu sucesso. A todos os colegas de trabalho, professores e orientadores que me auxiliaram em todo opercurso até o momento. A todos o meu profundo carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço Deus pela força na condução de minha caminhada, aos familiares e amigos que entenderam meu escasso tempo e ainda aos que me deram força e me apoiaram direta ou indiretamente em mais esta conquista.

## EPÍGRAFE

*“Não cabe ao Estado, via escola pública, substituir a responsabilidade que a família tem, a menos que ela esteja em situação de descuido total. Cabe à instituição promover a autonomia, a solidariedade e a formação crítica, mas a responsabilidade principal continua sendo da família e ela não pode se eximir disso”.*

Mario Sérgio Cortella

## RESUMO

É reconhecido que a família é primeira influência na vida de cada indivíduo. Diante desta afirmativa, o presente estudo, realizado através de pesquisa bibliográfica, pretende discutir e colocar em evidência a importância da presença familiar no ambiente escolar sob a ótica da gestão democrática, bem como apresentar as causas da pouca participação das famílias dos educandos da Escola Estadual Cesário Nunes dos Santos no ambiente escolar e as possíveis soluções para esse problema tendo como principal objetivo demonstrar a importância de buscar a aproximação da família e da escola. A preocupação com a pouca interação família-escola justifica as discussões apresentadas, pois sendo a família a base do desenvolvimento de todo indivíduo a partir do nascimento, a interação família/escola é imprescindível para o sucesso do ensino/aprendizagem em todos os seus segmentos. A presença familiar na escola ajuda na formação do indivíduo e no desenvolvimento global do mesmo. Neste contexto, o PPP - Projeto Político Pedagógico - pode ser um instrumento de aproximação entre família e escola tendo em vista que o trabalho da comunidade escolar de maneira coletiva muito depende do posicionamento da instituição escolar. O presente estudo de cunho bibliográfico visa apresentar a relevância da presença familiar no contexto das instituições escolares. Esta análise impulsionou a referida escola a buscar cada vez mais novas estratégias que visem aproximar família e escola.

**Palavras-chave:** Escola, família, gestão democrática, Projeto Político Pedagógico.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA FAMILIAR NO AMBIENTE ESCOLAR.....	10
1.1 A importância da família no contexto escolar.....	10
1.2 O PPP, a gestão democrática e a família na escola.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO.....	17



## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Cesário Nunes dos Santos criada pelo Decreto nº 28.449 de 02 de agosto de 1988, onde atuo como gestora e buscaremos subsídios práticos para desenvolver o presente estudo está localizada (e mantida) no interior do estado de Minas Gerais, na zona rural de um pequeno município de recente emancipação denominado Bonito de Minas, mais precisamente no Posto Correio de Veredinha. Ressaltando-se que a sede da Unidade Educacional localiza-se a 72 km (setenta e dois quilômetros) da cidade de Bonito de Minas.

A referida instituição educacional estrutura-se em 09 anos de duração, organizado em dois ciclos – Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar e os quatro anos finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio, conforme o Ofício DIVAE(Direitos e Vantagens) e DIRE(Diretoria de Pessoal)da SRE (Superintendência Regional de Ensino) de Januária, nº 304/2012, relativas às propostas do Plano de Atendimento 2012/2013, autorizada a implantação do Ensino Médio a partir de 2013. Organizado em regime anual, com a dominação de 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano e Ensino Médio, conforme a Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. Quanto ao funcionamento acontece em (02) dois turnos: das 07:00 h às 11:20 h, das 12:00 h às 16:30 h.

No dia 27/03/1998 na página 03 coluna - 01 pela Resolução nº 9383/98 de 27/03/98 e artigo 47 da Resolução SEE nº 8034 de 01/08/97, foi autorizado o funcionamento da extensão de série de 5ª a 8ª série de forma gradativa a partir de 1998.

Destaca-se que o referido educandário possui 02 turmas dos Anos Iniciais e 08 turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, sendo 04 na sede e 04 no segundo endereço: Comunidade de Lagoa Bonita, situado a 12 Km da sede; possui também 03 turmas do Ensino Médio.

Com relação ao quadro funcional, é composto por 04 ASB (Auxiliar de Serviço de Educação Básica), 01 ATB(Assistente Técnico de Educação Básica), 02 supervisoras, 17 professores habilitados, 03 professores autorizados a lecionar.

No que concerne à estrutura física, ressalta-se que é dotada de 07 salas de tamanho médio, 01 secretaria, 01 sala de informática, composta de 12 computadores, (mas em funcionamento, apenas 03), 01 cozinha, 01 sala pequena de professores, 02 banheiros, sendo: 01 masculino e 01 feminino, 01 diretoria. Existe

ainda o projeto de construção de uma quadra poliesportiva que está em processo licitatório.

Do ponto de vista democrático percebemos de acordo estudos e experiências vivenciadas, que o relacionamento entre família e comunidade escolar é preponderante para o sucesso educacional. A questão da presença familiar no contexto das instituições escolares apesar de reconhecida e divulgada em nossa comunidade, ainda está a uma grande distância de alcançar o ideal almejado por todos e prescrito por lei. Nossa instituição abraça essa causa de forma plena e comprometida, mas apesar dos constantes esforços, ainda não conseguimos uma completa interação entre família e escola.

Sabendo-se que a grande maioria de nossa clientela são alunos oriundos da zona rural que tem por meio de subsistência a agricultura e a pecuária familiar, entendemos que nem sempre essa aproximação é possível devido a inúmeros fatores como a falta de conhecimento dos pais, por não saberem administrar o tempo que têm e devido ao trabalho no contexto do campo ser diferenciado e não ter horário e dias para início e término. Entretanto, entendemos que quando se trata de educação é essencial que o comprometimento sobrepuje a falta de tempo e outros possíveis empecilhos que afastem a família da escola.

Assim, pretendemos discutir a importância da presença familiar no ambiente escolar e objetivamos buscar a aproximação da família e da escola, promovendo eventos como reuniões, palestras, dentre outros, com a finalidade de conscientizar as famílias dos educandos sobre a importância da presença das mesmas na escola. Buscamos também o fortalecimento da parceria entre ambas, através de uma integração recíproca que direção, supervisão, professores e demais funcionários da escola devem procurar promover.

Para tecer os comentários e corroborar a relevância do tema, nos embasaremos nos autores Battaglia (2002), Freire (2006), Sousa (2012), Vasconcellos (1995), Veiga (2002), além da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e outros. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica.

Diante do exposto, observamos que a abrangência do presente tema é de grande relevância para o sucesso do processo educativo.

A seguir, discutiremos a importância da família no ambiente escolar; logo após, destacaremos a relevância do PPP e da gestão democrática e, por fim, apresentaremos as considerações finais do presente trabalho.

## A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA FAMILIAR NO AMBIENTE ESCOLAR

### 1.1 A importância da família no contexto escolar

Para um desenvolvimento pleno do educando é necessário que o mesmo seja apoiado em ambos os lados, ou seja, no contexto da aplicabilidade de conteúdos e na questão afetivo-familiar, isso de maneira simultânea.

Percebemos que na E. E. Cesário Nunes dos Santos há um distanciamento da família e da escola, pois sendo uma escola localizada na zona rural, a rotina de trabalho das famílias do camodifere do contexto urbano. Percebemos também que a falta de conhecimento com relação à importância dessa parceria impede as famílias de participarem direta e efetivamente da educação escolar de seus filhos. Fato preocupante tendo em vista a extrema relevância da relação família/escola para a formação do aluno.

Infelizmente observamos através da vivência que a práxis difere da teoria em muitos aspectos, tornando mais difícil a questão do ensino aprendizagem devido à falta da presença da família na escola, mesmo sendo esta uma situação prevista em lei, como vemos a seguir:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 01).

É muito importante e faz-se necessário que a família confie na escola. No que concerne ao seu acesso à instituição de ensino, que seja de maneira irrestrita no sentido de contribuir para o ensino aprendizagem. Outra questão que pode ajudar de maneira ímpar é conhecer todo o contexto que envolve a instituição escolar como regras a serem seguidas, manter contato sempre que possível, mesmo que em ocasiões informais. Dessa forma estreitam-se os laços entre família e escola.

Por outro lado, a escola deve sempre estar aberta para receber a família dos educandos, propiciando e facilitando o acesso não só ao ambiente físico, mas também as propostas pedagógicas. É preciso ressaltar que as tomadas de

decisões precisam ocorrer em conjunto, assim, reforça-se a importância da participação da família no ambiente escolar.

O processo educativo incentiva e ajuda desenvolver as potencialidades de cada educando. Neste sentido, é importante que a escola ofereça condições necessárias para que seja possível esse entendimento juntamente com a família. Toda comunidade escolar é responsável pela luta por uma escola de qualidade e capaz de construir um espaço rico de possibilidades. Dessa forma, confirma-se a importância da parceria entre família e escola:

A parceria entre familiares e as instituições de ensino seja a educação formal ou a técnica, é concretizada quando ambos estão unidos em um único objetivo, formar cidadãos conscientes da sociedade em que habitam, com valores éticos e morais e com uma perspectiva de um futuro promissor. A família pode participar de várias maneiras na vida educacional do estudante, segundo Freitas, Maimoni & Siqueira, (1994) e de Maimoni & Miranda, (1999), elas podem: acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horário de estudo, informar-se sobre matérias e provas, entre outras (SOUSA, 2012, p. 12).

Os autores supracitados afirmam que o acompanhamento familiar deve unir-se ao ensino aprendizagem com o intuito de formar cidadãos, sendo o papel da família de suma importância no auxílio extra horário escolar, ou seja, nas tarefas de casa como trabalhos extraclasse, pesquisas e demais atividades. Dessa forma, o aluno adquire mais embasamento e segurança para assimilar os conteúdos propostos pela escola, bem como o saber cultural oriundo da sociedade em geral no contexto em que está inserido.

É importante destacar que o primeiro contato da criança com a educação é na família, portanto é o início da formação do caráter da mesma. Assim, é necessário que o seio familiar saiba dosar os limites que as crianças podem alcançar. Um dos grandes problemas enfrentados atualmente nas escolas é a falta de limite dos alunos. Sobre o assunto, Freire (2006) revela que:

A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a “tirania da liberdade” em que as crianças podem tudo: gritam, riscam paredes, ameaçam as visitas em face a autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade. (FREIRE, 2006, p. 01).

Por isso, deparamo-nos, muitas vezes, com a seguinte situação: os alunos confundem liberdade de expressão e direitos com um total descumprimento das regras de convívio social e respeito mútuo, isso com relação aos profissionais das instituições escolares e os próprios alunos entre si. A esse contexto, atribui-se o rápido processo de mudança social que sofremos atualmente. Entretanto, a família deve ser responsável por buscar entender e transpor tais problemas oportunizando um ambiente onde prepondere o respeito mútuo, fato esse que certamente refletirá no ambiente educativo da escola. Sobre isso, Battaglia (2002) diz que:

Como construções sociais relativamente recentes, estas complexas reformulações familiares encontram-se sem modelo preestabelecido. Sendo assim, cada família necessita lidar com seus padrões e conceitos preestabelecidos para deles fazer emergir uma maneira original de constituir um grupo familiar com funções, direitos e deveres que atendam aos que dele participam. Nesta reformulação, as questões de gênero são inevitavelmente questionadas e pressionadas a transformarem-se. (BATTAGLIA, 2002, p, 07).

As mudanças dos paradigmas com relação à formação familiar têm sofrido mudanças notórias. Esse também é um fator que influencia o espaço escolar, sendo essa demanda muito intensa para que a escola a receba sozinha, e é neste ponto que reside a importância da presença e participação constante da família na escola. disso, é relevante informar que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam. (TIBA, 1996, p. 111)

Certamente a família é a principal responsável pela educação de cada indivíduo. O suporte educativo que a escola oferece ao aluno, associada a essa responsabilidade da família só se torna realmente impactante quando ambas mantêm uma efetiva parceria, pois devem andar sempre juntas.

## **1.2 - O PPP, a gestão democrática e a família na escola**

Para falar sobre o contexto escolar é relevante dizer que o documento que embasa e alicerça o funcionamento da escola certamente é o Projeto Político Pedagógico. O referido documento deve contemplar todas as ações que serão

realizadas dentro do ambiente escolar diante de determinadas situações, sob a luz da gestão democrática e da efetiva participação da família na escola. Para corroborar a importância do PPP, Vasconcelos (1995) diz que:

O projeto é justamente um instrumento teórico – metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola. (VASCONCELOS, 1995 p. 143).

O PPP é o planejamento das ações escolares. Vasconcelos (1995, p.16) nos lembra de que somos dotados da capacidade de planejar, de idealizar uma ação futura. O ato de planejar surge da necessidade de querer gerenciar um processo ou um projeto. Assim, o PPP é o projeto de gerenciamento da instituição escolar.

Amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9.394/96, o PPP é citado nos Artigos 10, 12 e 13 que ressaltam:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

III -elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I -elaborar e executar sua proposta pedagógica; (...).

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de.

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II -elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.(BRASIL, 1996, p. 05,06,07).

Ainda sobre a importância do PPP, Veiga (2002, p. 2) destaca que:

Para que a construção do Projeto Político Pedagógico seja possível, não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Partindo-se do pressuposto de que o trabalho coletivo é sinônimo de sucesso, o gestor deve atentar para a garantia do espaço da família dentro da escola através da democracia recebendo a família de maneira satisfatória demonstrando a importância da sua presença naquele local, deixando, dessa forma, os pais à vontade para se aproximarem da realidade escolar tendo liberdade para opinar e participar ativamente das atividades propostas. Demo (2001) revela que:

Muitas desculpas são justificativas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser um processo, não pode também ser totalmente controlado, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado. (DEMO, 2001. p.19-20)

Percebemos através da vivência educacional que muitas famílias desconhecem até mesmo o que é um Projeto Político Pedagógico, tampouco sua importância para a vida escolar de seus filhos. Diante disso, a E. E. Cesário Nunes dos Santos busca apresentar sempre que possível o documento e suas vertentes promovendo a divulgação da importância do mesmo para toda a comunidade escolar e mesmo não sendo um trabalho fácil, a equipe pedagógica e diretiva perseveraram nesta prática. Por isso, vale ressaltar que:

Podem ser compreendidas a escola e a família ou consideradas como sistemas humanos em constantes interações que possuem como elemento de união o filho-aluno. O aluno chega à escola com seus modelos, seus medos, dificuldades e desejos, tendo que aprender os valores da instituição e conviver com a diversidade. É um momento rico e delicado para ele, sua família e para a escola. (REIS, 2010, p. 22)

Buscamos através da gestão de forma democrática abarcar todas as possibilidades de promoção no tocante à aproximação da família da instituição escolar até mesmo porque o PPP contempla esta situação.

Apesar das dificuldades oriundas de fatores diversos, apresentados ao longo da presente análise, estamos conseguindo, mesmo que paulatinamente, que a presença da família no ambiente escolar aconteça e se torne mais frequente.

As práticas realizadas em nossa instituição de ensino em prol da aproximação família/escola são constantes. Promovemos palestras sobre a importância dessa aproximação e do trabalho em conjunto, reuniões mais dinâmicas que tratam do assunto e um trabalho de conscientização das famílias e dos próprios alunos para que os mesmos tragam a sua família para dentro do ambiente escolar. Percebemos, então, que aos poucos, mudanças satisfatórias aconteceram e algumas famílias que antes não frequentavam a escola, mesmo que timidamente começaram a se engajar no contexto escolar de seus filhos.

Sendo assim, buscaremos cada vez mais aprimorar as estratégias de aproximação entre família e escola em função de uma realidade almejada, na qual todos caminhem juntos, com vistas à formação de um aluno cidadão que se reconheça como ser pertencente de uma sociedade e provido de direitos e deveres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo percebeu-se que o PPP e a gestão democrática estão extremamente unidos permitindo e facilitando a participação familiar na E. E. Cesário Nunes dos Santos.

Entretanto, quando se trata da questão da coletividade, do trabalho em conjunto, deve-se dizer que muitas questões devem ser levadas em consideração, inclusive a disponibilidade da família e a receptividade dos funcionários da escola. Muitos pais não se sentem à vontade em interagir com professores, especialistas ou o próprio gestor por sentirem-se inferiores diante do profissional. Isso acontece principalmente na zona rural, onde a instrução dos pais, no que concerne ao ensino formal, é menor que na cidade.

É inegável e necessário que se pratique o trabalho em conjunto entre família e escola, mas também é sabido que se devem considerar os inúmeros fatores que favorecem e desfavorecem essa prática. Inclusive a questão cultural das famílias.

O ideal é que projetos fossem desenvolvidos em todas as instituições escolares buscando aproximar as famílias de forma direta da escola, isso desde a educação infantil, dessa forma esse se tornaria um hábito salutar e duradouro para a educação de todas as crianças. Nesse sentido, a E. E. Cesário Nunes dos Santos se empenha para trazer para dentro do ambiente escolar a família de seus educandos estreitando os laços entre ambas com vistas ao objetivo maior, ou seja, oferecer uma educação de qualidade aos filhos-alunos para que se tornem cidadãos conscientes do importante papel que exercem.

Esta análise é de grande relevância para a continuidade do trabalho de aproximação entre a E. E. Cesário Nunes dos Santos e as famílias de nossos educandos. Diante do que foi analisado e apresentado, comprovou-se que uma instituição escolar que conta com o apoio familiar tem grandes possibilidades de alcançar o sucesso educativo de forma plena, dessa maneira continuaremos a buscar estratégias eficazes de acordo com a clientela atendida e suas famílias para tornar essa parceria cada vez mais sólida.



## REFERÊNCIAS

- BATTAGLIA, Maria do Céu Lamarão. **Terapia de família centrada no sistema**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [www.rogeriana.com/battaglia/mestrado/tese02.htm](http://www.rogeriana.com/battaglia/mestrado/tese02.htm). Acesso em 17 de fevereiro 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** – Lei nº 9394 de dezembro de 1996. Disponível em [www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf). Acesso em 29/02/2015.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. In: \_\_\_\_ **A importância da família no processo de educar**. Ano VI – 2006. Disponível em [www.revistaescolaabril.com.br](http://www.revistaescolaabril.com.br). Acesso em 20/02/2015.
- REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A participação da família no contexto escolar**. Universidade do estado da Bahia–Uneb. Departamento de Educação, 2010. Disponível em <http://www.uneb.br>. Acesso em 02/03/2015.
- SEVERINO, A. J. **O projeto político-pedagógico: a saída para a escola**. Revista de Educação DA AEC, Brasília, DF (107), abril/jun. 2008.
- SOUSA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. 2012. Disponível em <http://www.apeoc.org.br>. Acesso em 20/03/2015.
- TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.
- VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 14ª edição Papyrus, 2002. Disponível em [emifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/veiga-ilma-passos-ppp-uma-construcao-coletiva.pdf](http://emifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/veiga-ilma-passos-ppp-uma-construcao-coletiva.pdf). Acesso em 17/04/2015.

# ANEXO



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL**  
**OLEGÁRIO MACIEL**

**ELIANE APARECIDA DOS SANTOS SENA**

**LUIZ CARLOS DE SOUZA MATOS**

**VALNÍCIA FERREIRA DA MOTA**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL**  
**OLEGÁRIO MACIEL**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Mariangela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## BELO HORIZONTE, 2014

### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	20
5.1 Conceito de decisão.....	20
5.2 Como são os processos de decisão da escola.....	20
5.2.1 Colegiado Escolar .....	20
5.2.2 Conselho Municipal de Educação .....	21
5.2.3 Eleição do Dirigente Escolar .....	22
5.2.4 Conselho de Classe .....	22
5.2.5 Grêmio Estudantil .....	23
5.2.6 Conselho Tutelar e Órgãos Municipais.....	24
5.2.7 Líder de Classe e Professor Coordenador .....	24
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	24
6.1 Conceito de Relações de Trabalho.....	25
6.2 Quais as Formas das Relações de Trabalho? .....	25
6.3 As Forças das Relações de Trabalho da escola .....	25
6.4 Relações entre autores e a Realidade Escolar .....	29
AVALIAÇÃO.....	30
7.1 Conceito de Avaliação.....	30
7.2 Critérios de Promoção .....	32
7.3 Alguns Aspectos da Avaliação Escolar .....	32
7.4 Avaliação Escolar segundo o Regimento da Escola .....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Olegário Maciel foi fundada em 1930 por um grupo de Januarenses. Era uma organização independente e particular, visando à educação do povo barranqueiro. O seu nome inicial foi Escola Normal. Dois anos mais tarde, em homenagem ao então governador “Olegário Maciel” recebeu este nome, sendo oficializada através do Decreto nº 10.564 de 05 de novembro de 1932, sem ônus para o Estado, funcionando graças a boa vontade e o amor que seus fundadores tinham pela educação. Somente em 22 de junho de 1934 é que o Estado passou a assumir os seus gastos através do Decreto nº 11.399.

Na sua criação a escola oferecia somente o curso normal (magistério). Posteriormente, foi liberado o funcionamento do ensino fundamental, do pré-escolar e do ensino médio. A partir de 1999, após a nucleação das escolas realizada pela SEE a Escola Estadual Olegário Maciel passou a oferecer exclusivamente o Ensino Médio.

A referida instituição, atualmente, ministra o Ensino Médio, com turmas de 1º, 2º e 3º ano, o curso Normal, Educação de Jovens e Adultos e cursos técnicos do PRONATEC atendendo uma demanda de 1364 alunos, distribuídos em três turnos. A Escola Estadual Olegário Maciel teve um passado de glórias tanto sociais e pedagógicas como esportivas, vive um presente de lutas e vai para um futuro de possibilidades.

Ao optar pela participação no Projeto Escolas Referências, a escola busca seu empenho e se mobiliza juntamente com a comunidade na conquista desse objetivo, visando a excelência na educação.

Somos destaque na comunidade januarense, tanto pelo trabalho que realizamos com uma equipe de profissionais competentes e comprometidos com o sucesso do aluno, como também pela tradição de sermos uma das primeiras escolas da cidade.

A Escola Estadual Olegário Maciel cujo código é 062472, telefone (38)3621-1573, e-mail [escola.62472@educacao.mg.gov.br](mailto:escola.62472@educacao.mg.gov.br) pertence à SRE de Januária, situa-se na Avenida Coronel Cassiano, nº 36 no centro da referida cidade e possui prédio próprio com boa estrutura física. O espaço físico da escola conta com dezenove

salas de aula, seis banheiros, uma cantina, um laboratório de física, um laboratório de informática, um laboratório de química/biologia, uma biblioteca, uma secretaria, um almoxarifado, uma sala para especialistas, uma sala para professores, uma sala para vice-diretor, uma sala para diretor, uma quadra, um auditório, um ginásio coberto, uma sala para o Núcleo de Capacitação de Profissionais na área da Surdez e da Deficiência Visual.

A Escola Estadual Olegário Maciel conta com os seguintes equipamentos: televisores, DVDs, retroprojetores, projetores de imagem, computadores, máquinas de xérox, impressoras, máquinas fotográficas, filmadora, ventiladores, ar condicionados, lousa digital.

O quadro de funcionários da referida escola conta com 80 (oitenta) professores, sendo que a maioria é habilitada para o conteúdo lecionado. Ficam assim distribuídos: duas supervisoras com graduação em Pedagogia e efetivas, uma orientadora educacional efetiva com habilitação em Pedagogia, uma secretária efetiva, uma ATB financeira efetiva, nove auxiliares de secretaria sendo uma designada e oito efetivas, vinte auxiliares de serviços gerais designadas, um diretor com habilitação em Pedagogia, três vice-diretoras uma com habilitação em Química, outra com habilitação em Biologia e outra com habilitação em Geografia.

Atendemos uma clientela diversificada oriunda das classes média e baixa. É possível verificar uma diferença socioeconômica entre a clientela dos três turnos.

No 1º turno temos em grande maioria, adolescentes, na faixa etária de 14 a 18 anos, filhos de funcionários públicos, comerciantes, professores e profissionais de diversas áreas.

No 2º turno atendemos uma grande demanda da zona rural, são alunos que necessitam do transporte escolar para terem acesso à escola. Geralmente são filhos de lavradores.

No 3º turno, a maioria é de alunos trabalhadores, com defasagem idade-série.

Os servidores da escola procuram se adaptar às diferenças sociais existentes nos três turnos, buscando atender a todos igualmente.

Quanto à participação da família na escola, ainda é pouco expressiva. Atribuímos essa situação ao fato dos pais acreditarem que os filhos no Ensino Médio já têm idade de responderem por si mesmos, com relação à situação escolar. O que é uma mera ilusão. É nesta etapa que a família deveria estar mais presente, pois é o momento em que estão sendo consolidadas ideias, atitudes e sentimentos. No

Ensino Médio, o aluno-adolescente precisa encontrar o seu caminho para seguir em frente, sabendo conviver com as angustias, as incertezas e as frustrações tão comuns nesta fase da vida. Por isso, a família deve ocupar seu espaço, ser presente e se tornar a maior parceira da instituição escolar.

No que se refere ao processo de construção e elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Olegário Maciel, ressalta-se que aconteceu de forma democrática, com a participação de todos os servidores e seu registro está fundamentado nas opiniões e ideias apresentadas pela comunidade escolar.

Verificando-se a necessidade de construir um documento que norteasse todo o nosso trabalho, a direção da escola, juntamente com a Equipe Pedagógica organizaram ações para coletar sugestões para a construção desta proposta.

Primeiramente, houve uma conscientização sobre a importância do “ato de planejar”, para que todos refletissem sobre a necessidade de traçarmos um caminho que nos conduza à escola que queremos.

Durante alguns meses, colhemos sugestões dos educadores, pais e alunos sobre aspectos a serem abordados neste documento, visando à melhoria da educação nesta escola.

Reunimos com os professores de cada área de ensino para discutirmos sobre as ações a serem priorizadas com relação ao currículo, recursos didáticos, espaços escolares, atendimento diferenciado, avaliação, gestão escolar, relação escola-comunidade e outros.

Realizamos um estudo da legislação vigente que aborda o Ensino Médio, tais como: Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Referencial Curricular Nacional para o Ensino Médio, Instruções da SEE, CBC – Ensino Médio, LDB nº 9394/96, Resolução SEE nº 2.197 de 26/10/2012 e outros documentos da própria escola, sendo estes, o Regimento Escolar, documentos/registros da secretaria e formulários diversos da Equipe Pedagógica.

Realizamos, também, uma investigação mais profunda e detalhada da realidade da escola. Este trabalho de diagnóstico foi realizado por grupos diversos, utilizando-se de pesquisa, entrevistas, debates, observações, leituras de documentos e por fim análise e julgamento dos dados coletados.

Fizemos o levantamento da situação existente e da situação ideal (a escola que temos e a escola que queremos), pois planejar é transformar a realidade numa direção escolhida.



A etapa seguinte foi a elaboração das ações visando aproximar a escola real da escola ideal. As ações foram levantadas no momento do diagnóstico e também posteriormente, levando-se em consideração as dificuldades e as possibilidades existentes na escola. Priorizamos as ações mais simples e possíveis de serem realizadas. Foram estabelecidos os objetivos, as políticas e estratégias foram traçadas. Foram consideradas ações de longo, médio e curto prazo.

## **1 – FINALIDADES DA EDUCAÇÃO**

“A educação não pode mais ser baseada em um fazer descompromissado, terá que ser baseada no fazer que leva ao compreender” (VALENTE, 1999, p.31).

Para entender o futuro é necessário lembrar e entender o passado. Diante de vários estudos pode-se perceber que existem vários desafios a serem ultrapassados na educação, um deles e o mais importante, é mudar a nossa metodologia em sala de aula, para não continuar no tradicional, adotar a tecnologia para que possamos acompanhar as novidades em nossa sociedade.

Entendendo que o sistema educativo deve ser para todos, a função social da escola é a formação de todos, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento dos indivíduos e suas capacidades cognitivas, motoras, de equilíbrio e autonomia pessoal e de inserção social. Portanto a escola não tem postura conservadora e sim uma postura crítica diante da sociedade em que vive, procurando criar meios para que cada aluno encontre o caminho adequado a seus interesses e capacidades. E a peça fundamental para que essas capacidades sejam desenvolvidas ao longo da vida escolar dos nossos alunos é o professor, mas é preciso que a sociedade e o poder público o provejam de meios e estímulos necessários para que um desafio dessa dimensão seja assumido com êxito.

A escola é o meio fundamental que a sociedade dispõe para formar o aluno nos princípios básicos de participação, colaboração, sentido crítico e espírito democrático.

A escola usa metodologias condizentes com o conhecimento científico de que dispomos sobre os processos de aprendizagem que possam dar conta de traduzir para o aluno o que é a atividade do professor fazendo com que ele seja co-gestor da aula, participando da mesma, interagindo com o professor e os colegas.

A Escola tem as seguintes finalidades da educação previstas em seu PPP:

- Proporcionar o aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Oferecer um ensino de alta qualidade que garanta o sucesso da escola, tanto nas avaliações externas como na vida escolar dos nossos alunos;
- Proporcionar a satisfação da comunidade escolar com relação aos serviços oferecidos nesta instituição;
- Formar alunos comprometidos com os problemas sociais para que sejam futuros adultos atuantes;
- Proporcionar aos alunos auto-estima elevada e que sejam autônomos participativos e percebam o ser humano em suas múltiplas dimensões;
- Fortalecer ações sócio-educacionais para os adolescentes em situação de vulnerabilidade social contribuindo para a formação do cidadão;
- Promover uma gestão democrática possibilitando um direcionamento para as mudanças sociais;
- Oferecer oportunidades para que o aluno aprenda a ser, a fazer e a conviver, “para melhor desenvolver sua personalidade e estar a altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal” (DELORS, 2001, p. 102).
- Promover a integração escola-comunidade privilegiando a participação ativa do educando nas ações e metas estabelecidas pela escola.
- Trabalhar todos os objetivos previstos na LDBEN nº 9394/96 e no Parecer CNE/CEB nº 5/2011. (PPP da Escola Estadual Olegário Maciel 2012, p. 13).

A verdadeira educação não é aquela que origina apenas saberes científicos, mas, aquela que deve ser iniciada no seio da família e continuada pelas escolas e reforçada em qualquer atividade que envolva relacionamento humano.

## **2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A escola conta com duas estruturas organizacionais – Administrativa e Pedagógica – ambas só funcionam bem se realizadas em conjunto, uma completando a outra. É assim que a E. E. Olegário Maciel vem procurando atuar, articulando essas duas vertentes em função da educação de seus alunos.

A estrutura organizacional administrativa assegura, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros.

A estrutura organizacional pedagógica organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades.

As estruturas pedagógicas referem-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino aprendizagem e às de currículo.

## **2.1 –Estrutura Organizacional Administrativa**

A E. E. Olegário Maciel está localizada em ponto estratégico da cidade, com prédio próprio, possui um rede física com boa estrutura.

O espaço físico da escola conta com:

19 salas de aula

06 banheiros

01 cantina

01 laboratório de física

01 laboratório de Informática

01 laboratório de química / biologia

01 Biblioteca

01 Secretaria

01 almoxarifado

01 sala para Especialistas

01 sala para Professores

01 sala para vice-diretor

01 sala para diretor

01 quadra

01 auditório

01 ginásio coberto

01 sala para o NAPS (Núcleo de capacitação de profissionais na área da surdez e da deficiência visual).

### **Organização Administrativa**

#### **A Direção:**

O diretor, com o auxílio dos três vice-diretores, coordenará os recursos humanos, físicos e financeiros. A gestão acontece de forma compartilhada, porém os entraves da burocratização ainda permeiam o trabalho do diretor dificultando priorizar o pedagógico.

Em relação à gestão de recursos humanos, físicos e financeiros que a escola dispõe, são utilizados da seguinte forma: os recursos financeiros se destinam ao custeio e assistência ao aluno, à compra de material didático, merenda escolar, recursos pedagógicos, manutenção de equipamentos, etc.

Os recursos humanos são compostos por servidores com graduação e habilitação necessária à função que ocupam, entre eles: diretor, vice-diretores, especialistas da educação, secretária, professores efetivos, professores ex-efetivados, professor no uso da biblioteca, professores em ajustamento funcional, assistente técnico contábil, assistentes técnicos (ATB), auxiliares de serviços gerais, professores contratados.

No que se refere à gestão administrativa, pedagógica e financeira, deverão caminhar juntas na atuação do gestor, pois um diretor capaz de desenvolver a função de articulador político, pedagógico e administrativo, é capaz de elevar o nível da escola e manter seus profissionais unidos e motivados. É nessa perspectiva que trabalhará o diretor da E. E. Olegário Maciel, desempenhando com sucesso seu papel de articulador, acompanhando e estando sempre presente em todos os setores da instituição de ensino, procurando investigar as situações e agir visando o bem coletivo, buscando sempre a melhoria da educação oferecida pela escola.

A Direção escolar tem a competência de: distribuir turmas e turnos conforme legislação vigente e o Projeto Político-Pedagógico da escola; organizar as salas de aula, atendendo prioritariamente aos portadores de deficiências; buscar parcerias para a ação educativa da escola; participar das atividades pedagógicas; conhecer as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente e propor soluções; decidir sobre os eventos que a escola deve promover, evitando o excesso de projetos; coordenar a elaboração do calendário escolar, adequando-o às peculiaridades locais; determinar funções aos funcionários, cuidando para não haver acúmulo ou desvios das atribuições; fazer cumprir o Regimento escolar, Projeto Político-Pedagógico e outros documentos pertinentes à escola.

#### **Secretaria:**

A equipe da secretaria exerce uma importante função dentro da escola. É nesse setor que são feitos todos os registros tanto com relação aos profissionais quanto à vida escolar dos alunos, bem como as atividades de escrituração. Toda a equipe deverá se envolver nas atividades educacionais da escola. O atendimento ao público de forma gentil e educada deverá ser meta a ser seguida nesse setor.

#### **Serviços Gerais:**

Todos os funcionários da área de serviços desenvolverão seu trabalho com muita dedicação, desde a preparação da merenda, limpeza do espaço escolar, como o trato aos alunos, funcionários e demais visitantes.

O controle da entrada e saída do aluno será feito pelo Auxiliar de Serviços Gerais responsável pela função, geralmente orientado pelo vice-diretor ou Equipe Pedagógica, no caso de liberação de alunos que necessitam sair antes do horário.

## 2.2 –Estrutura Organizacional Pedagógica

Contamos com 475 alunos do 1º ano, 441 alunos do 2º ano e com 359 alunos do 3º ano do Ensino Médio; 49 alunos do primeiro período da Educação de Jovens e Adultos totalizando 1324 alunos.

Professores	Quantidade	Habilitados	Autorizados
Língua Portuguesa	09	09	0
LEM – Inglês	05	05	0
LEM – Espanhol	01	01	0
Matemática	08	08	0
Biologia	06	06	0
Química	06	05	01
Física	04	02	02
História	05	05	0
Geografia	05	05	0
Educação Física	05	05	0
Arte	01	01	0
Sociologia	03	0	03
Filosofia	03	02	01
Subtotal	61	54	07

### Áreas de Empregabilidade

08 Professores, autorizados, não efetivos.

#### PRONATEC

Curso Técnico em Administração

06 Professores autorizados, não efetivos

Curso Técnico em Contabilidade

05 Professores autorizados, não efetivos

Curso Técnico em Informática

05 Professores autorizados, não efetivos

Professor no uso da Biblioteca 01

Professor em ajustamento funcional 05.

ASB - Auxiliar de serviço da Educação Básica 17 servidores, sendo 01 efetivo e 16 designados.

ATB Financeiro 01

ATB - Assistente Técnico da Educação Básica 08, sendo 07 efetivos e 01 designado.

04 EEB - Especialista em Educação Básica, sendo efetivo, 01 afastado para Direção de Escola.

## **Organização Pedagógica**

### **Especialistas da Educação Básica:**

As atribuições dos especialistas – Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional – estão regulamentadas na Resolução nº 7.150/93.

A equipe pedagógica da E. E. Olegário Maciel é composta por 03 pedagogos, distribuídos em 03 turnos conforme número de turmas e necessidades da clientela. A equipe organizará todo o trabalho pedagógico: planejamento de ensino, avaliação, atendimento ao aluno e à família, acompanhamento do trabalho docente, conselho de classe, líderes de turma, acompanhamento de projetos, controle da disciplina, intervenção pedagógica, e outros;

Além das inúmeras atribuições dos Especialistas da Educação, caberá a esses orientar os alunos sobre a importância do hábito de estudo, aconselhá-los sobre os seus direitos e deveres, adverti-los quando ocorrer problemas disciplinares, além de concederem segunda oportunidade de provas, conforme justificativa dos pais ou atestado médico.

Caberá à Equipe Pedagógica, juntamente com os professores, informar às famílias através de boletim informativo, o desempenho escolar dos alunos, propondo ações que favoreçam o sucesso escolar dos mesmos. O desenvolvimento da aprendizagem também deverá ser apresentado através de gráficos elaborados pela equipe.

A escola oferecerá a matrícula do aluno no turno escolhido observando as vagas disponíveis, pois deverá ser respeitado o limite de número de alunos por turma conforme definido pela direção escolar.

Em caso de mudança de aluno de turno, esta somente ocorrerá mediante solicitação dos pais (para os alunos menores), analisado o motivo para a mudança e se houver vaga no turno requerido.

Em horário de aula, os pais poderão procurar qualquer informação sobre o filho, junto à Equipe Pedagógica, que solicitará a presença do professor se houver necessidade. A família deverá ser orientada para não tratar de assuntos referentes à escola, na residência do funcionário.

Quanto ao atendimento aos docentes, o Especialista da Educação deverá articular e integrar ações que favoreçam o ensino e uma aprendizagem significativa dos alunos. Deverá acompanhar as ações dos professores, auxiliando-os nas dificuldades encontradas.

A equipe Pedagógica poderá, a qualquer tempo, redefinir a enturmação, nas turmas em que ocorrerem dificuldades de desenvolvimento devido a problemas disciplinares, infrequência ou falta de assistência familiar. Para efetuar a movimentação de alunos à bem da educação, serão ouvidos, diretor ou vice-diretor, alguns professores da turma e Especialistas, para decidirem sob a análise do caso.

### **Professores:**

Este profissional é um elemento importantíssimo no processo de ensino-aprendizagem. Deverá desempenhar a função de articulador entre o saber historicamente construído e o saber adquirido pelo aluno em sua vida. Além deste papel fundamental na educação, o Professor deve ser agente de mudanças e desempenhar novas competências conforme cita Pirrenuod (2000, p.12), “administrar sua formação contínua, enfrentar os dilemas éticos da profissão, trabalhar em equipe, envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho... etc.”

No início do ano letivo, caberá ao professor realizar uma sondagem sobre os conhecimentos que os alunos possuem e as suas características sociais, culturais e individuais bem como o nível em que se encontram. A partir deste diagnóstico deverão elaborar o Planejamento anual e definir a metodologia que será aplicada.

No relacionamento professor-aluno deverá ocorrer uma empatia. A relação entre estes deverá expressar confiança, respeito, segurança e coerência nas ações.

Na avaliação dos alunos, o professor deverá aplicar os procedimentos que melhor atender às características da turma, com o melhor aproveitamento do tempo e espaços escolares. É de fundamental importância que o professor reveja suas ações e proporcione oportunidades de recuperação para os alunos que apresentarem dificuldades durante o bimestre. É importante considerar que a assimilação da matéria e a motivação para os estudos não são iguais para todos os alunos.

A organização do trabalho do professor é pressuposto importante para o sucesso escolar dos alunos, assim sendo, deverá assim proceder: valorizar as atividades em classe, corrigir todas as atividades propostas, solicitar trabalho de pesquisa indicando a referência bibliográfica, trabalhar com metodologias diversificadas, conversar com o aluno que apresentar problemas disciplinares em sua aula e encaminhá-lo ao serviço pedagógico quando estiverem esgotadas todas as tentativas para solucionar o problema, além de apresentar os resultados de aproveitamento das turmas à secretaria e à equipe pedagógica conforme data marcada, atender as famílias dos alunos orientando sobre a sua situação, registrar a frequência dos alunos e encaminhar casos de infrequência ao serviço pedagógico.

#### **Professor para o Ensino do uso da Biblioteca:**

O professor que atua na biblioteca deverá proporcionar um ambiente propício à aprendizagem, à descoberta, à pesquisa. Deverá desenvolver ações que propiciem aos alunos o gosto pela leitura e orientar os visitantes sobre a bibliografia que irão utilizar.

Este profissional é o responsável pela organização, controle de recebimento de livros, revistas, vídeos, etc. Deve também registrar o empréstimo e devolução de livros e outros recursos existentes na biblioteca.

### **3 – CURRÍCULO**

A história mostra que o discurso e construção curricular no Brasil não aconteceram sob uma única orientação ideológica, mas com influência de



tendências, objetivos e metas estabelecidas não somente pelo sistema político, mas para atender a uma necessidade econômica e social do país.

Segundo Moreira (2000, p. 111)

O movimento de renovação curricular dos anos 80 ocorreu predominantemente nas regiões Sudeste e Sul, a partir das eleições de governos de oposição ao regime militar. A intenção prioritária era melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola pública e reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar que penalizavam, predominantemente, as crianças das camadas populares. Procurava-se, também, incentivar a participação da comunidade escolar nas decisões, de forma a superar-se o autoritarismo de reformas anteriores, com freqüência impostas de cima para baixo.

Neste sentido as razões para contrapor ao currículo estabelecido pelo sistema educacional precisam ser ratificadas porque nos dias atuais as altas taxas de repetência e de evasão escolar são evidenciadas nas escolas públicas brasileiras, penalizando crianças e jovens que muitas vezes não tem condições de estudar, sem ter que parar de trabalhar. Na maioria das vezes o trabalho precisa ser associado ao estudo como forma de garantia de continuidade, mesmo que esta continuidade não reflita em sucesso na aprendizagem e na vida, especialmente nas camadas mais populares da sociedade.

Após estudos realizados, vimos que temos várias interpretações para o termo currículo: Vejamos alguns:

- a. O **currículo** tem que ser entendido como a cultura real que surge de uma série de processos, mais que como um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar; aquilo que é, na realidade, a cultura nas salas de aula, fica configurado em uma série de processos: as decisões prévias acerca do que se vai fazer no ensino, as tarefas acadêmicas reais que são desenvolvidas, as formas como a vida interna das salas de aula e os conteúdos de ensino se vinculam com o mundo exterior, as relações grupais, o uso e o aproveitamento de materiais, as práticas de avaliação etc. (SACRISTÁN, 1995, p.86-87).
- b. Currículo é o conjunto daquilo que se ensina e daquilo que se aprende, de acordo com uma ordem de progressão determinada, no quadro de um dado ciclo de estudos. Um currículo é um programa de estudos ou um programa de formação, mas considerado em sua globalidade, em sua coerência didática e em sua continuidade temporal, isto é, de acordo com a organização sequencial das situações e das atividades de aprendizagem às quais dá lugar. (FORQUIN, 1996, p.188).
- c. O **currículo** representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirmam os sonhos, desejos e valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos,

com freqüência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero. (MCLAREN, 1977, p. 216)

Segundo a UNESCO (2004, p. 13 *apud* PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da EE Olegário Maciel, 2012, p. 15) o Currículo é constituído pelo que é aprendido e ensinado (contexto) como é oferecido (métodos de ensino e aprendizagem), como é avaliado (provas, por exemplo) e os recursos utilizados (ex. livros usados para ministrar os conteúdos e para o processo ensino aprendizagem).

O currículo formal baseia-se em um conjunto de objetivos e resultados previstos. O currículo informal ou currículo oculto diz respeito à aprendizagem não planejada que ocorre nas salas de aula, nos espaços da escola quando os estudantes interagem com ou sem a presença do(a) professor (a).

O currículo adotado pela Escola Estadual Olegário Maciel é o currículo estabelecido pela Secretaria de Estado de Educação, com a implantação do Reinventando o Ensino Médio cuja estrutura é composta pelas seguintes áreas de conhecimento de acordo com a Resolução SEE nº 2486 de 20 de Dezembro de 2013.

Base Nacional Comum: Conteúdos Básicos Comuns

Linguagens: Língua Portuguesa, Educação Física e Arte

Matemática: Matemática;

Ciências da Natureza: Química, Física e Biologia;

Ciências Humanas: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Parte Diversificada: Área Linguagem: LEM – Espanhol e LEM – Inglês

Área de Empregabilidade:

Comunicação Aplicada, conteúdos da área: Comunicação e Sociabilidade; Redes Comunicativas. Conteúdos práticos: Comunicação na prática: Identificação de territórios.

Meio Ambiente e Recursos Naturais: Conteúdos da área: “Água de beber, água de viver”: Conhecendo a água; Problemática socioambiental e saúde pública.

Conteúdos práticos: Projetos de educação ambiental.

Tecnologia da Informação: Conteúdos da área: Computação e computador; Solução de problemas através do computador. Conteúdos Práticos: TI na prática: jogos e editoração de textos.

A partir de 2014, este foi o currículo adotado pela escola, cujo programa é desenvolvido através das áreas da base comum articuladas com as áreas de

empregabilidade dentro das perspectivas adotadas pelo Reinventando o Ensino Médio. Destaca-se ainda que as áreas de empregabilidade adotadas pela escola foram escolhidas pela própria comunidade escolar em assembleia e a matrícula dos alunos se deu após o Seminário de Percursos realizado no início do ano letivo.

Nota-se aqui que o Estado está buscando inovações para dinamizar o Ensino Médio em Minas Gerais, entretanto; não se pode efetivamente garantir o sucesso do projeto implantado sem os recursos técnicos, materiais e financeiros para sua implantação. As escolas necessitam de laboratórios devidamente funcionando com internet banda larga suficiente para a modernização das aulas; professores treinados e bem remunerados e programa de valorização profissional para evitar afastamentos temporários dos docentes que vem comprometendo substancialmente a qualidade do ensino.

Percebe-se que a escola desenvolve o currículo determinado pelo Governo, no entanto, não faz isto de olhos fechados, sem maiores questionamentos. A sua implantação se dá após ampla discussão com os educadores e na medida em que as ações são realizadas, especialmente em sala de aula são revistos os porquês, as razões e as suas implicações na vida, na sociedade. Neste sentido, vemos que a escola contesta e resiste a ideologia dominante, no instante em que há o que se contestar, mas não somente por fazê-lo para cumprir uma diretriz curricular. A contestação é natural quando percebido não somente pelos docentes, mas pelos discentes que não mais aceitam qualquer informação por conhecimento, sem a participação solidária na re-construção do contexto.

Além do Ensino médio regular, a escola também oferece cursos profissionalizantes, sendo: Curso Normal, para formação de professores da Educação Infantil e curso técnico de Administração, Contabilidade e Informática, com recursos do PRONATEC.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A E. E. Olegário Maciel funciona em regime seriado, oferecendo o Ensino Médio, Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade, Técnico em Informática e o Curso Normal, para formação de professores da Educação Infantil. Os componentes curriculares são ministrados em aulas de 50 minutos, sendo 05 aulas por dia, dando um total de 25 aulas semanais, conforme definido na estrutura

curricular. Porém, o 1º ano do Ensino Médio, devido a implantação do Reinventando o Ensino Médio conta com 06 aulas diárias totalizando 30 aulas semanais.

A Resolução nº 2197/2012, da SEE/MG diz que o 1º ano do Ensino Médio proporciona a transição harmoniosa dos alunos provenientes do 9º ano do Ensino Fundamental, considerando o aprofundamento dos componentes curriculares dos anos finais do ensino fundamental e a inclusão de novos componentes curriculares. Ainda de acordo com a Resolução acima citada, os dias considerados letivos são aqueles de efetivo trabalho escolar, que envolvem professores e alunos, independentemente do local onde se realizam. Os dias letivos são previstos no calendário escolar.

Neste sentido, cabe a Escola gerenciar a aplicabilidade legal dos princípios estabelecidos pelo Estado. Entretanto, não é simples realizar esta “transição” que por vezes não é tão harmoniosa, visto que os estudantes quando ingressam no Ensino Médio estão em outra fase da vida e nem sempre a escola está preparada para recebê-los com suas diversidades.

O mundo virtual é com certeza este novo espaço encontrado pela sociedade moderna e especialmente nossos alunos, que precisa ser elemento de estudo e pesquisa para que a instituição escolar seja capaz de utilizar-se deste espaço e desta ferramenta para o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Outro fator relevante é que a desterritorialização dos indivíduos conectados aos novos espaços cibernéticos os tornam seres cada vez mais globalizados e menos sujeitos de suas origens sem características regionais e sem identidade local.

A norma referente à frequência dos alunos obedece a legislação vigente, sendo exigido o mínimo de 75% para aprovação, conforme previsão legal na LDB, sendo de total responsabilidade do professor, registrar a presença ou a falta do aluno e comunicar ao serviço pedagógico a situação de alunos que apresentarem uma ausência superior a 05 (cinco) dias letivos consecutivos, ou 10 (dez) dias alternados no mês.

A Equipe Pedagógica, juntamente com a direção, busca meios de comunicar a família sobre as faltas do aluno, para que sejam justificadas, com vistas a promover o seu imediato retorno às aulas e a regularização da frequência escolar. Conforme o Art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069 de 13/07/1990, a família tem a responsabilidade pela educação dos filhos. Persistindo o

problema a situação do aluno será encaminhada ao Conselho Tutelar, ao juiz competente da Comarca e ao representante do Ministério Público do Município.

O espaço escolar é formado por todas as dependências da escola, inclusive a área não construída. Os espaços da escola são bem aproveitados em função da aprendizagem. Conforme situação descrita no diagnóstico, são providenciadas planilhas de reformas, compra e manutenção de equipamentos necessários à estruturação dos espaços que não apresentam estrutura apropriada para o ensino.

Os profissionais da escola têm consciência da influência do espaço escolar na aprendizagem dos seus alunos, para tanto estão sempre comprometidos em proporcionar um ambiente acolhedor, higiênico e prazeroso aos mesmos. Todos os espaços da escola são priorizados para o atendimento das atividades pedagógicas, reunindo-se periodicamente para planejamento, re-planejamento, avaliação dos resultados esperados e avaliação institucional visando a melhoria do ensino. A escola conta com um cronograma semanal de acompanhamento pedagógico realizado pela equipe de especialistas que verificam como estão sendo desenvolvidas as atividades previstas no planejamento de cada professor contribuindo para o sucesso na execução das ações propostas.

Os alunos são organizados inicialmente por faixa-etária e sempre que possível a escola agrupa os mesmos alunos da série anterior visando maior entrosamento da turma e maior possibilidade de êxito no trabalho pedagógico, uma vez que realizado a socialização dos participantes daquela turma/série. Neste ano de 2014, as turmas foram nomeadas com os países da copa: 1º. Camarões, 2º. Argentina, 3º. Portugal, etc.

O Estado de Minas é bastante rígido com relação ao número de alunos por sala, a legislação vigente contraria as orientações do Conselho Nacional de Educação – MEC, agrupando 40 a 50 alunos por sala. As turmas agrupadas com um número menor de alunos são geralmente salas pequenas, que não cabe o estabelecido pelo governo e turmas especiais, onde se presta o Atendimento Educacional Especializado – AEE aos alunos com esquizofrenia aguda, surdez ou baixa-visão e contam com a participação de professor de apoio. Para o Atendimento Educacional Especializado a escola conta com o núcleo CAS/CAP – Centro de Atendimento a Pessoa com Surdez e Centro de Atendimento a Pessoa com Deficiência Visual, que atende toda a Regional de Januária com capacitações para a formação de professores na área da Surdez e da Deficiência Visual e Sala de

Recursos Multifuncionais, que atende não somente aos alunos da própria instituição, mas também alunos da rede estadual em vários níveis de ensino e de diferentes idades.

A instituição trabalha com o calendário escolar, discutido e analisado no ano de 2013, visando garantir o planejamento prévio das atividades pedagógicas previstas para serem desenvolvidas no ano seguinte. Após a discussão e análise da proposta de calendário feita em reunião exclusiva para este fim o documento é apresentado ao colegiado escolar composto por todos os segmentos da escola para rediscussão e aprovação e homologação. Este trabalho é feito de acordo com as normas estabelecidas pela SEE-MG e em conformidade com a Lei Federal nº 9396/96.

Neste tempo estabelecido no calendário escolar, prevemos as datas comemorativas, os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos, as reuniões pedagógicas, as avaliações bimestrais e sistema de recuperação, o início e o fim do ano letivo, enfim todas as atividades julgadas importantes para o sistema escolar.

De acordo com Cavaliere (2007, p. 1015-1035):

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição destes às práticas e rotinas escolares; b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições de vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança da própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

Na atualidade a escola não adota sistema de educação integral, visto que este parâmetro ainda não foi implantado no Estado de Minas para o Ensino Médio, mas acreditamos que ampliação do tempo de ensino na escola acompanhada de uma boa metodologia de trabalho, integrando ao currículo atividades cultural, esportivo e outras oficinas diversas, poderia estimular melhor os alunos na frequência escolar e na aprendizagem melhorando assim o nível de ensino da escola.

Outra forma de ampliação do tempo escolar é o aprofundamento de estudos, adotado na escola em 2013, que possibilita a participação mais efetiva dos alunos, visto que neste momento de aprofundamento se dá um contato mais ativo entre aluno e professor, contribuindo para o crescimento individual dos alunos no

processo de ensino. Neste ano, devido aos cortes nos orçamentos da secretaria de educação não foi autorizado o início deste programa.

## **5 – PROCESSOS DE DECISÃO**

Em toda instituição, seja ela educacional ou não, há necessidade de tomada de decisão, ou seja, escolher o melhor caminho a seguir e muitas vezes essas decisões devem ser tomadas coletiva e diariamente.

### **5.1 - Conceito de decisão**

Segundo Gomes L.; Gomes C.; Almeida (2009, p 02), O conceito do vocábulo decisão é constituído por “*de*” (que vem do latim e significa parar, extrair, interromper) que se antepõe à palavra “*cisão*” (do latim *caedere* que significa cindir, cortar). Sendo assim, literalmente decidir significa “parar de cortar” ou “deixar fluir”.

Levando-se em consideração este significado podemos entender o processo decisório como uma parte crucial para a resolução otimizada de uma situação indesejada.

### **5.2 - Como são os processos de decisão da Escola**

O processo de decisão escolar adotado pela Escola Estadual Olegário Maciel é democrático e participativo, funcionando os mecanismos de participação de toda a comunidade, pautado principalmente pela efetiva participação do Colegiado Escolar, que é formado por professores, servidores e alunos da escola. Não conta com a participação de pais, uma vez que estes entendem que sendo os seus filhos adultos e jovens e na medida em que vão crescendo, tornam-se independentes. Diante disso, nota-se a baixa participação dos pais e da família no processo de ensino aprendizagem. Observa-se que os pais que no ensino fundamental participavam ativamente no processo, quando os filhos passam para o Ensino Médio, estes mesmos pais não dão a mesma importância no acompanhamento da aprendizagem dos seus filhos.

#### **5.2.1 – Colegiado Escolar**

O Colegiado Escolar é formado por 8 membros titulares, incluído o diretor e 8 membros suplentes, sendo titulares: 04 representantes da comunidade atendida pela Escola – Alunos; 02 professores regentes de aulas, 02 professores afastados da docência ou demais servidores da escola e o mesmo número de membros e mesmo segmento para os suplentes. O colegiado reúne-se ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação prévia, acompanhada da pauta da reunião.

A Resolução SEE nº 2554/14 informa que:

Art. 1º: O Colegiado Escolar é órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo aos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitada a norma legal.

§ 1º As funções deliberativas compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógica, administrativa e financeira previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

§ 2º As funções consultivas referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentação de sugestões para solução de problemas.

Art. 2º: O Colegiado Escolar é composto por representantes das seguintes categorias:

I-profissionais em exercício na escola, constituída dos segmentos:

- a) Professor de Educação Básica regente de turmas de aulas;
- b) Professor de Educação Básica ou especialista em Educação Básica e demais servidores de das outras carreiras.

II - comunidade atendida pela escola, constituída dos segmentos:

- a) aluno regularmente matriculado e frequente no ensino médio e aluno de qualquer nível de ensino com idade igual ou superior a 14 anos;
- b) pai ou responsável por aluno menor de 14 anos regularmente matriculado e frequente no ensino fundamental. (RESOLUÇÃO SEE Nº 2554, 2014: p. 1-4)

É o colegiado escolar o órgão mais importante da escola, de caráter consultivo e deliberativo, podendo intervir não somente na administração escolar e financeira, mas, sobretudo no processo de aprendizagem dos alunos. O Colegiado escolar, além disso, é um órgão autônomo em suas decisões, trabalhando de acordo com a legislação. O órgão é capacitado em serviço, onde cada membro tem consciência da sua participação e do seu voto nas decisões.

### **5.2.2 – Conselho Municipal de Educação**

A escola tem representação no Conselho Municipal de Educação, no qual participa como membro titular, discutindo as metas e ações educativas não somente



da escola, mas de todo o município de Januária, especialmente nas questões concernentes ao Ensino Público Municipal e da Política de Educação Básica.

Conforme Souza (2005, p.68)

**Conselho Municipal da Educação:** este Conselho é uma instituição de democracia representativa, através da qual representantes diretamente eleitos nos diversos segmentos da cidade (estudantes, profissionais da educação, governantes, população em geral) se reúnem para estudar, deliberar, acompanhar e avaliar, acerca das questões educacionais de forma mais cotidiana. Isto é, enquanto a Conferência deve ser convocada a cada ano ou dois anos, o Conselho deve estar se reunindo mensalmente, pelo menos.

### 5.2.3 – Eleição do dirigente escolar

A eleição para dirigente escolar na escola ocorre conforme a legislação em vigor, pois o sistema educacional mineiro prevê a eleição direta para diretor de escola, na qual a comunidade escolar é quem define e escolhe seus gestores. Na ocorrência de vacância do cargo, fora do período eleitoral previamente marcado pelo Estado, o Colegiado escolar faz a votação indicando qual servidor efetivo deseja que dirija determinada escola.

Ainda de acordo com Souza (2005, p.68):

**Eleições de Dirigentes Escolares:** a democratização da educação pública também exige que ao menos uma posição muito clara quanto ao processo de escolha dos dirigentes escolares. A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta ou eleição, entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade.

### 5.2.4 – Conselho de Classe

A escola conta no campo pedagógico com o Conselho de Classe, que é o órgão colegiado presente na organização da escola em que todos os professores da escola juntamente com a equipe pedagógica e a direção se reúnem para refletir sobre as dificuldades e as facilidades encontradas para o desenvolvimento da aprendizagem escolar. É um momento de suma importância para avaliar o desempenho dos alunos em cada disciplina, tanto no aspecto qualitativo, quanto

quantitativo em cada série. O Conselho de Classe ocorre bimestralmente após as avaliações e após a realização deste conselho. É importante não somente para se visualizar um diagnóstico real da turma, mas, sobretudo para construir coletivamente um prognóstico e a partir de então, realizar-se o planejamento pedagógico para interferir qualitativamente na trajetória de aprendizagem do aluno.

Internamente, no cotidiano escolar os processos decisórios são realmente democráticos e participativos, porque contam com a participação dos mecanismos: colegiado escolar, conselho de classe, sessões administrativas para decidir determinados assuntos, buscar ideias, soluções para os problemas mais graves da gestão escolar.

Entretanto, a gestão administrativa da escola, precisa contar com as normas legais emanadas do órgão central “Secretaria de Estado de Educação – Governo do Estado de Minas Gerais”, que necessita manter todo o sistema educacional, neste sentido, as normas são impostas no intuito de atingir aos objetivos que o Estado se propõe. Neste contexto, prevalecem as relações hierárquicas de mando, onde as normas e orientações do sistema são implementados no cotidiano escolar.

Superficialmente, pode-se dizer que, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, Administração Pública significa a própria estrutura do Estado, podendo ser definida como o “conjunto de órgãos e pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado” (DI PIETRO, 2007, 57).

No sentido objetivo, material ou funcional, por sua vez, a Administração Pública é a própria atividade administrativa que está sendo desenvolvida pelo Estado para atingir os interesses coletivos. “Nesse sentido, a Administração Pública abrange o fomento, a polícia administrativa e o serviço público” (DI PIETRO, 2007, p. 54).

A questão apontada pelo autor se refere à gestão administrativa, que significa a própria estrutura do estado e deve contar com o apoio desse instrumento de avaliação relevante para as decisões da escola, o que requer uma leitura mais atenta da forma como os alunos aprendem e quando aprendem. Levantando os pontos fortes e fracos e ainda buscando soluções para os problemas destacados pelos professores e alunos da instituição de ensino.

#### **5.2.5 – Grêmios Estudantil**

Atualmente, a escola não conta com o Grêmio Escolar, pois por se tratar de um órgão composto e dirigido pelos próprios alunos, e não havendo interesse destes para a participação voluntária, não foi instalado nos últimos anos. O que existe é um grupo de alunos participativos que atuam no PEAS JUVENTUDE, cujo grupo atuou até final de 2013, deixando de funcionar porque o projeto não foi renovado pela SRE para este exercício e por haver alteração no quadro da escola.

#### **5.2.6 - Conselho Tutelar e Órgãos Municipais**

O presente órgão tem como atribuição zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sendo o principal instrumento de participação comunitária na aplicação das medidas judiciais e na fiscalização da ação concreta nesse campo.

A escola conta com a colaboração, quando necessária do Conselho Tutelar da cidade de Januária, que é um órgão atuante e de formação democrática, pois é escolhido através do voto pela própria comunidade, na área de frequência e evasão escolar, e em casos especiais previstos na legislação.

Alguns casos especiais são encaminhados ao Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social, CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) com a participação da família.

#### **5.2.7 – Líder de Classe e professor coordenador**

Cada turma escolhe o seu líder de turma num processo democrático de decisão mediado pelo especialista. Este líder representa a turma nas reuniões da escola e nos conselhos de classe quando são convocados.

No início do ano letivo, sob a coordenação do especialista em educação, cada turma elege o seu professor coordenador, que exerce a função de mediador da turma, orientando na realização dos eventos e projetos desenvolvidos pela escola.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A escola, através de seus profissionais busca um convívio social visando à individualidade e o entendimento de que cada aluno é diferente, tem um ritmo próprio.

### **6.1 – Conceito de Relações de Trabalho**

As relações de trabalho envolvem análise de algumas instâncias: a) instância do político, que diz respeito às práticas visíveis e invisíveis de produção e de reprodução; b) Instância das políticas de recursos humanos cuja função é manter e controlar o trabalhador e o ato de trabalhar para atingir suas metas e a organização do processo de trabalho; e c) Instância da organização do processo de trabalho que se refere ao modo de organizar e dividir tarefas.

A escola da qual relatamos conta com variados serviços em funcionamento: serviço pedagógico, composto pelos especialistas em educação básica e professores; serviço de secretaria, composto pelos assistentes técnicos da educação básica, biblioteca, portaria, cantina, limpeza, direção escolar.

### **6.2 – Quais as formas das relações de trabalho?**

As relações de trabalho se dão, na escola, de forma tranquila, cada servidor sabe quais são suas funções, quais responsabilidades e metas precisam atingir para alcançar os objetivos esperados pela instituição. Servidores efetivos são avaliados conforme a normatização própria do Estado de Minas Gerais e são incentivados pela direção a buscarem estratégias para melhoria da qualidade do trabalho, visando a excelência na educação.

Conforme Fleury & Vargas (1983, p. 117): “(...) em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto age como elemento de comunicação e consenso, como oculta e instrumentaliza as relações de dominação entre as categorias”.

Os conflitos são resolvidos entre as partes envolvidas, às vezes com a interferência da direção escolar, com base no Regimento e no diálogo, evitando sempre que possível maiores celeumas na instituição.

### **6.3 – As forças das Relações de Trabalho da Escola**

A escola conta com os seguintes profissionais, como força de relações de trabalho, 61 professores, sendo 54 habilitados e 31 autorizados; 09 Assistentes Técnicos da Educação Básica, sendo 08 efetivos e 01 designado; 18 ASB's, sendo 17 designados e 01 efetivo; 04 EEB – Especialistas em Educação Básica, todos efetivos atuando 02 pela manhã, 01 à tarde e 01 na direção da escola. O que preocupa a gestão escolar é o grande número de professores autorizados, sem a formação ideal para o exercício do cargo. Outra preocupação é a rotatividade de professores proveniente do grande número de licenças para tratamento de saúde, causando reflexo negativo na implementação do planejamento escolar e nas condições de aprendizagem dos alunos.

As relações de trabalho são pautadas pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. Do ponto de vista da solidariedade, a escola busca dentro de seu projeto político pedagógico a realização de ações voltadas para a solidariedade, nas quais alunos e servidores contribuem doando alimentos, agasalhos e brinquedos para os mais empobrecidos. Cremos que isto facilita a compreensão do significado da solidariedade e da participação comunitária; além de contribuir, os próprios alunos participam na logística de distribuição destes materiais.

Os conflitos surgidos no cotidiano escolar são discutidos, debatidos e solucionados de forma menos gravosa aos participantes, de modo que a direção, especialistas, professores, assistentes e demais servidores buscam solucionar os conflitos de forma dialogada através da compreensão das razões que levam ao conflito e dos caminhos possíveis para eliminação dos problemas.

Geralmente os problemas gerados entre alunos x alunos, são resolvidos, primeiro com os próprios alunos envolvidos. Caso o problema não seja resolvido, conta-se com a interferência do professor, não resolvendo ainda, com a participação do especialista e da família, não sendo resolvido, com a intervenção do diretor e dos órgãos competentes, Ministério Público, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Superintendência Regional e Secretaria de Estado de Educação. A última instância geralmente utilizada é a própria direção da escola.

Quando os conflitos são gerados entre aluno x professor, estes conflitos são resolvidos dentro da própria escola, com a intervenção do especialista e direção, que de forma dialogada buscam solucionar os problemas. Os conflitos gerados entre servidor x servidor são solucionados junto a direção da escola e quando necessário

conta-se com a participação da Inspeção Escolar e setor de Recursos Humanos da Superintendência Regional de Ensino de Januária.

Para entender melhor relações de trabalho dentro da escola, precisamos saber melhor o que significa poder. Para Weber (1979, p. 43) “*poder* significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”.

Às vezes impor a vontade não é tão fácil, porque requer o uso dos instrumentos exigidos pela estrutura organizacional do estado, comprometendo consideravelmente o processo democrático desejado pela gestão escolar. Para atender a toda a demanda de trabalho no tempo certo, exige-se do gestor escolar além de muita competência e habilidade para gerir a escola, uma formação contínua para oferecer os recursos necessários e adequados à modernização histórica almejados pela sociedade.

Conforme o Regimento Escolar, em seus artigos 161, 162 e 163:

Artigo 161 – Constituem deveres do aluno, além dos decorrentes das disposições legais e do preceituado especificadamente neste Regimento:

- I- freqüentar com assiduidade e pontualidade as aulas durante o ano letivo, cumprindo a carga horária necessária prevista neste regimento com base na Lei 9.394/1996 e demais atividades escolares;
- II- tratar com cortesia, respeitando as normas de convivência, os diretores, professores, autoridades de ensino, funcionários e colegas;
- III- apresentar-se no Estabelecimento devidamente uniformizado e, quando solicitado com documentos de identificação;
- IV- respeitar as normas disciplinares do Estabelecimento;
- V- apresentar solicitação por escrito e assinada pelo responsável para fins de saída antecipada;
- VI- contribuir, no que lhe couber, para o bom nome do Estabelecimento;
- VII- colaborar na preservação do patrimônio escolar, respondendo e indenizando os danos que causar;
- VIII- comunicar à Equipe Pedagógica o seu afastamento temporário, por motivo de doença ou outros;
- IX- cumprir, com rigorosa exatidão, as determinações da Direção, dos professores e funcionários;
- X- observar, fielmente, os preceitos de higiene pessoal bem como zelar pela limpeza e conservação das instalações, dependências, material e móveis do Estabelecimento;
- XI- abster-se de atos que perturbem a ordem, ofendam os bons costumes ou resultem em desacato às leis, às autoridades escolares ou aos professores e funcionários;
- XII- comparecer às solenidades e festividades cívicas e sociais promovidas pelo Estabelecimento;
- XIII- agir com probidade, na execução dos trabalhos e avaliações escolares;
- XIV- respeitar a tolerância do 10 minutos para a entrada do turno;
- XV- obedecer aos dispositivos deste Regimento.

Artigo 162º – Constituem direitos do aluno os emanados deste Regimento, das normas de ensino e das demais disposições legais atinentes, bem como:

- I- participar das atividades escolares, sociais, cívicas e recreativas, destinadas à sua formação e promovidas pelo Estabelecimento;
- II- ser considerado e valorizado em sua individualidade sem comparações nem preferências, pela Direção, professores, funcionários e colegas;
- III- apresentar sugestões à Direção do Estabelecimento;
- IV- representar, em termos e por escrito, conta atos, atitudes, omissões ou deficiências de professores, funcionários e serviços do Estabelecimento;
- V- defender-se quando acusado de qualquer falta, assistindo por seu representante legal se necessário;
- VI- utilizar as instalações e dependências do Estabelecimento que lhe forem destinados na forma e nos horários para isto reservados;
- VII- Eleger e ser eleito para cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, nos termos da legislação em vigor;
- VIII- Garantir o direito de representação através de representantes de turmas que serão escolhidos no início do ano letivo, por uma maioria absoluta;
- IX- Destituir os seus representantes por maioria de dois terços, caso entendam que estes não desempenham convenientemente as suas funções;
- X- Ser orientado em suas dificuldades;
- XI- Receber seus trabalhos, tarefas e avaliações devidamente corrigidos e após o prazo máximo de 10 (dias) letivos decorridos da sua aplicação;
- XII- Requerer, por escrito através de seu responsável, revisão de avaliações e recuperação, até 48 (quarenta e oito horas) após o conhecimento do resultado da avaliação observado o previsto neste Regimento;
- XIII- Tomar conhecimento, através de ficha individual ou outro meio próprio, de notas e frequência obtidas;
- XIV- Requerer cancelamento de matrícula ou transferência, quando maior de idade, ou através do pai ou responsável, quando menor.

Artigo 163 – É vedado ao aluno:

- I - Entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia - autorização do respectivo professor;
- II - Ocupar-se, durante o período de aula, de atividades incompatíveis com o processo pedagógico;
- III - Desviar a atenção dos colegas em aula com objetos, gestos, palavras, ruídos e brincadeiras;
- IV - Utilizar meios ilícitos quando da realização de trabalhos escolares ou avaliações;
- V - Utilizar-se em sala de aula ou em outros locais destinados a atividades pedagógicas de aparelhos eletrônicos e celulares;
- VI - Falsificar assinatura dos pais ou do responsável, dos professores ou de outro funcionário da escola;
- VII - Deixar de entregar aos pais ou responsável documento que lhe foi encaminhado pela escola;
- VIII - Rasurar ou adulterar qualquer documento escolar;
- IX - Promover distúrbios ou agitação nas dependências da escola;
- X - Expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade a situações vexatórias ou constrangedoras;
- XI - Danificar os bens patrimoniais do estabelecimento de ensino ou pertences de seus colegas, funcionários e professores;
- XII - Praticar *bullying*;
- XIII - Praticar atos libidinosos ou quaisquer outros que configurem importunação ofensiva ao pudor nas dependências da escola;

- XIV - Gravar, reproduzir ou divulgar, por meio eletrônico e/ou impresso, imagens ou voz de membro da comunidade escolar, sem sua prévia autorização; portar material pornográfico;
- XV - Promover, sem autorização da Direção, sorteios, rifas, coletas ou subscrições, usando, para tais fins o nome do Estabelecimento; salvo quando houver autorização da Direção;
- XVI - Praticar qualquer tipo de comércio no espaço escolar;
- XVII - Afixar cartazes e ou propagandas de festas ou eventos externos no interior da escola, sem autorização da direção;
- XVIII - Trazer para dentro das dependências da Escola, qualquer tipo de gás ou explosivo;
- XIX - Trazer para a Escola objetos cortantes, ou de qualquer natureza, que atentem contra a integridade física de outrem;
- XX - Comemorar aniversário de colegas com manifestações de mau gosto, tais como: rabiscar uniformes, jogar ovos, farinha etc.;
- XXI - Cabular aulas dentro da própria Escola, pelos corredores, pátios e outros locais;
- XXII - Jogar baralho, fazer uso de cigarro nas dependências da escola;
- XXIII - Portar, usar, distribuir, vender, comprar, mostrar, ajudar a escolher qualquer tipo de droga, bebida alcoólica dentro da Escola, acarretará ao aluno seu desligamento do corpo discente;
- XXIV - Brigar, incentivar brigas, organizar grupos e ameaçar colegas;
- XXV - Namorar nas dependências da escola;
- XXVI - A entrada no segundo horário só será permitida, quando apresentar justificativa prévia a direção comprovando sua real necessidade;

#### Dentro da Sala de Aula.

- I- o aluno deverá ter todo o material necessário às aulas para realização dos trabalhos escolares das diversas matérias;
- II- os horários de início e término de cada aula deverão ser rigorosamente respeitados;
- III- Os alunos, durante as aulas, permanecerão em suas respectivas salas, evitando transitar pelos corredores pátios e biblioteca sem o uso do cartão de autorização de saída fornecido pelo professor;
- IV- Não serão permitidas as conversas e brincadeiras inoportunas, em sala de aula;
- V- Os alunos deverão zelar pelo patrimônio da Escola. Em caso de danos, o responsável assumirá o ônus devido;
- VI- Os alunos manter atitudes respeitadas com relação aos, colegas, funcionários da escola, professores e Diretores merecendo dessas pessoas o mesmo respeito.
- VII- O aluno que apoderar de pertences alheios ou lhes causar danos, ainda que involuntariamente, deverá providenciar o conserto ou a reposição em até três dias após o ocorrido, na presença da Direção. (REGIMENTO ESCOLAR DA E. E. OLEGÁRIO MACIEL, 2013, pg. 47-48).

Destacamos que as normas estabelecidas pelo regimento escolar em vigor são conhecidas pelos alunos, uma vez que a escola trabalha com esta normativa em sala de aula, logo no início do ano letivo, através de um boletim entregue para cada estudante, professores e servidores.

#### **6.4 – Relação entre os autores e a realidade escolar**



A realidade do cotidiano escolar está pautada não somente pelos ensinamentos dos especialistas que norteiam a Educação Brasileira, mas também na experiência dos professores em sala de aula, utilizando-se às vezes de uma metodologia que agrega o conhecimento na prática científica com recursos naturais e técnicas de laboratório, outras vezes a simples explicação dos fatos e uma avaliação simplória, não contribuindo o quanto poderia para o desenvolvimento do projeto político pedagógico da unidade de ensino.

## **7 – AVALIAÇÃO**

### **7.1 – Conceito de Avaliação**

Segundo Luckesi (1997, p. 98) “... a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino-aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho”.

Em outras palavras a avaliação escolar é uma ferramenta que os professores têm para avaliar o nível de entendimento do que foi ensinado em sala de aula e oferecer uma recuperação adequada.

Na avaliação dos alunos, o Professor deverá aplicar os procedimentos que melhor atender às características da turma, com o melhor aproveitamento do tempo e espaços escolares. É de fundamental importância que o professor reveja suas ações e proporcione oportunidades de recuperação para os alunos que apresentarem dificuldades durante o bimestre. É importante considerar que a assimilação da matéria e a motivação para os estudos não são iguais para todos os alunos.

Para Freire (1986, p. 125 *apud* PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da E.E. Olegário Maciel, 2012, p. 30) “O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”.

Assim, compreendemos que a avaliação escolar deve ser um processo contínuo e cooperativo envolvendo aluno e professor, utilizando-se formas diferentes na sua estrutura elaborativa e na aplicação, capaz de verificar se há realmente o

processo de ensino, se houve aprendizagem, a compreensão e o entendimento do que foi realmente estudado naquele período específico.

Conforme define a Resolução SEE nº2197/2012, em seu artigo 70:

A avaliação da aprendizagem dos alunos será redimensionadora da ação pedagógica, devendo:

- I- Assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II- Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III- Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV- Fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

O processo avaliativo terá a finalidade de acompanhar a aprendizagem do aluno, verificar a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações, promovendo as adequações necessárias para que o aluno obtenha sucesso.

A Resolução SEE nº 2197/2012, artigo 69, instrui que:

Na avaliação da aprendizagem, a escola utilizará procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e as características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Ao utilizar a prova como instrumento de avaliação deverá ser respeitado o conteúdo ministrado e características da turma, para se definir qual tipo de prova será aplicada: provas objetivas, provas operatórias, provas escritas dissertativas.

A prova escrita dissertativa compõe-se de um conjunto de questões ou temas que devem ser respondidos pelos alunos com suas próprias palavras. Cada questão deve ser formulada com clareza, mencionando uma habilidade mental que se deseja que o aluno demonstre uma vez já trabalhado. Por exemplo: compare, relacione, descreva, resolva, apresente argumentos contra ou a favor, etc.

As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua

aprendizagem e ao que foi realizado pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

## 7.2 – Critérios de promoção

Conforme orienta a legislação, em especial, a Resolução nº 2197/2012, que estabelece a forma de organização e funcionamento do Ensino em Minas Gerais e em conformidade com o Regimento Escolar em vigor na escola, são estes os critérios para promoção:

Artigo 127º – Será considerado aprovado à série seguinte o aluno que, no final do ano letivo, tiver obtido:

I- O mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada disciplina nas avaliações normais e nas recuperações a que estiver sujeito;

II- A frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas e atividades da série, a cada ano.

III- Os planos curriculares aprovados e homologados nos anos de 2002 e 2003 terão como seu mínimo para aprovação 50% (cinquenta por cento) em 2004.

IV- Os planos curriculares aprovados a partir de 2004 terão seu mínimo para aprovação 60% (sessenta por cento). (REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL OLEGÁRIO MACIEL, 2013, p.32).

## 7.3 Alguns aspectos da Avaliação Escolar

A Escola entende a avaliação não somente como mecanismo de promoção do aluno, mas uma ferramenta que indica qual o melhor caminho, a melhor estratégia para ensinar determinado conteúdo.

A Escola adota diversas formas de avaliação da aprendizagem escolar, prova individual, em dupla, com e sem consulta aos livros, testes, simulados, trabalho em grupo, trabalho para apresentação em sala de aula, aula expositiva, prática simulada, práticas de laboratórios, entrevistas, grupo de observação e verbalização, pesquisa de campo, feiras, projetos, participação em sala de aula.

As avaliações são registradas primeiro nos diários de classe do professor, que neste ano foi implantado o diário eletrônico, que está em fase de adaptação. São registradas as avaliações bimestrais, progressão parcial e Estudos Independentes, realizado após o final do ano letivo.

A avaliação utilizada atende as necessidades à medida que servem para orientação dos conteúdos curriculares desenvolvidos ao longo do ano letivo.

Afirmam Darling Hammonde; Ascher (1991. p. 7).

A escola pública não possui clientes. A escola pública possui cidadão, que são profissionais ou usuários desta fundamental instituição pública. Desta forma, mesmo entendendo a centralidade da função pedagógica e dos sujeitos da educação escolar, não cabe olharmos para a avaliação institucional como alternativa para controlarmos apenas as ações das pessoas que trabalham na escola, sob pena de esquecermos de fora a responsabilidade dos próprios alunos, ou o fundamental papel que tem as famílias dos alunos ou o importante dever que tem o Estado e a sociedade para a Educação Pública.

É importante dizer que a escola considera importante a participação das famílias, mesmo que seja apenas no que diz respeito ao desempenho dos filhos “menores”, na aprendizagem escolar, mas preocupa-se com a omissão destas mesmas famílias no que se refere ao acompanhamento integral e mais amplo dos alunos quanto outras ações importantes desenvolvidas pela escola.

Como já afirmamos a escola adota várias formas de avaliação, mas como regra geral faz-se uma avaliação bimestral com data marcada para realização das provas e da recuperação bimestral prevista no calendário escolar. A avaliação bimestral é um momento em que são avaliados os alunos da instituição, sabendo-se que o mínimo para aprovação é de 60% e que o mínimo de frequência para aprovação é de 75%. As disciplinas de Arte e Educação Física são avaliadas através de conceito e não reprovam.

A Escola faz a avaliação dos seus servidores, na qual são avaliados professores, auxiliares de serviços da educação básica, assistentes técnicos, especialistas e direção escolar, através da Avaliação de Desempenho.

Outra avaliação importante é a avaliação Institucional, onde é avaliada a instituição escolar por meio de instrumento próprio avaliatório realizada com os servidores e alunos, através do Colegiado Escolar.

#### **7.4 – Avaliação Escolar, segundo o Regimento da Escola**

Artigo 118º - A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;

- II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade ano de escolaridade.

Artigo 119º- Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único - As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, deve expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

Artigo 120º - A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

Artigo 121º - A progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, está vinculada à avaliação contínua e processual, que permite ao professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, no momento em que elas surgem, intervindo de imediato, com estratégias adequadas, para garantir as aprendizagens básicas.

Artigo 122º - As Escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

- I - criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;
- II - organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;
- III - adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática”

de alunos de um ano ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

Artigo 123º – O ano letivo será dividido em quatro bimestres.

§ 1º - Em cada bimestre, serão desenvolvidas as atividades de ensino-aprendizagem e a respectiva avaliação.

§ 2º - A avaliação versará sobre a matéria lecionada no bimestre letivo.

Artigo 124º – A cada bimestre letivo será distribuída a seguinte pontuação (sendo trabalhos individuais, em grupos e avaliações):

1º bimestre – 25,0 pontos

2º bimestre – 25,0 pontos

3º bimestre – 25,0 pontos

4º bimestre -25,0 pontos

§ 1º - Não haverá avaliação, para efeito de aprovação, no conteúdo ou disciplina de caráter formativo, como educação física, cabendo ao professor decidir quando, como e a forma de avaliar o nível de desenvolvimento do aluno.

§ 2º - No conteúdo de Arte haverá avaliação como os demais, não permitindo a reprovação isoladamente.

Artigo 125º - A avaliação de cada um dos 4 (quatro) bimestres letivos deverá ser subdividida em duas ou mais partes.

§ 1º - Cada parte ou etapa, quando se tratar de avaliação, exame ou teste, será realizado no tempo máximo correspondente ao de duração da aula da disciplina.

§ 2º - Nenhuma avaliação em que o aluno submetido terá valor superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do bimestre, sendo que os outros 50% (cinquenta por cento) serão distribuídos entre trabalhos e participação das atividades em sala de aula

§ 3º - A avaliação será contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Artigo 126º – Será atribuído 0 (zero) pela inexecução por parte do aluno de trabalho, exercício, estudo, tarefa, prova, teste ou atividade, inclusive de recuperação, que se destinar a avaliação, exceto em casos especiais em que o aluno justifique sua ausência, mediante atestado médico ou declaração comprobatória entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias letivos para a equipe pedagógica que expedirá a autorização que será entregue ao professor. (REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL OLEGÁRIO MACIEL, 2013, p. 30, 31, 32)

É importante salientar que a instituição preocupa-se com a formação integral dos seus alunos, buscando através do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Atendimento que é anualmente discutido entre a comunidade escolar, ampliar sua forma de atendimento para atender cada vez mais aos anseios e necessidades do seu público. Em 2013 foram implantados os Cursos Técnicos em Administração, Contabilidade e Informática. Em 2014, a escola está buscando a continuidade dos cursos implantados e a implantação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e Curso Técnico em Libras – Língua Brasileira de Sinais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico visa favorecer a formação da cidadania plena e tem como pressupostos básicos o respeito, o compromisso e a coletividade.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao projeto.

As próprias palavras que compõem o nome do documento **Projeto Político Pedagógico** demonstram seu significado para a escola:

- É Projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É Político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É Pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Este Projeto não acaba aqui, ele será reelaborado sempre que houver necessidade de se construir algo novo, quando novas ideias surgirem, para que os projetos idealizados possam transcender o mero papel e tornarem-se práticas educativas reais.

Em suma, temos a certeza de que se agirmos conforme os parâmetros definidos neste documento atingiremos com sucesso a nossa missão enquanto educadores, tornando assim, a Escola Estadual Olegário Maciel uma grande referência em Educação.

“Para quem não quer mudar tudo permanece como está.  
Mas, para quem pretende mudar , abre-se uma avenida promissora.  
(Pedro Demo)

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** – Lei nº 9394 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** – Lei nº 8.069, de julho de 1990. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

BRASIL.Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação e Sociedade**, vol.28,nº100-Especial,p.1015-1035, out.2007. Disponível em [HTTP://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/ a1828100.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf). Acesso 03.12.2014.

DARLING Hammonde; Ascher. 1991. **Avaliação Institucional: avaliação da Escola como Instituição.** Disponível em [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/avaliacao\\_texto2.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/avaliacao_texto2.pdf). Acesso em 03.12.2014.

DELORS, Jacques (organizador). **Educação um tesouro a descobrir.** 6 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FALCÃO FILHO, José Leão. **As relações entre o supervisor pedagógico e os professores: passado, presente e futuro.**Revista Amae Educando, n. 189, p. 31-37, ago./1987.

FLEURY, Afonso C. C. & VARGAS, Nilton (org.). **Organização do trabalho.** São Paulo: Atlas, 1983.

FREIRE, P. In.:\_\_\_\_\_**Projeto Político Pedagógico da E.E. Olegário Maciel.** Januária, 2012, p. 30.



FORQUIN, Jean-Claude. As Abordagens Sociológicas do Currículo: Orientações Teóricas e Perspectivas de Pesquisa. **Educação & Sociedade**. Porto Alegre, RS. 1996;

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, F. A. M.; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. Tomada de Decisão Gerencial: Enfoque Multicritério. 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

JANUÁRIA. **Regimento Escolar**. Escola Estadual Olegário Maciel. Januária/MG, fevereiro de 2014.

JANUÁRIA, MG. Escola Estadual Olegário Maciel. **Projeto Político Pedagógico da E.E. Olegário Maciel**. Abril 2012.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MCLAREM, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à Pedagogia Crítica nos fundamentos da Educação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1977.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução nº 7.150, de 10 de junho de 1993**. Belo Horizonte: Define atribuições dos Especialistas de Educação (Supervisores Pedagógicos e Orientadores Educacionais da Rede Estadual de Ensino). Belo Horizonte. SEE-MG, 1993.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: SEE-MG, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução nº 2.486, de 20 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a universalização do Reinventando o Ensino Médio nas Escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE-MG, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE-MG, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2000. Disponível em: moodle3. Mec.gov.br/ufmg. Acesso em 12/07/14.

PIRRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes médicas, 2000.

SACRISTÁN, J. Currículo e diversidade cultural: In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 82-113.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Referencial Curricular para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2005. Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg. Acesso em 11/09/2014.

UNESCO. In.:\_\_\_\_\_ **Projeto Político Pedagógico da E.E. Olegário Maciel**. Januária, 2012, p.15.

VALENTE, Armando José. **O Computador na Sociedade do Conhecimento**. Campinas. SP. Unicamp/NIED, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças por uma práxis transformadora**. 3ª. ed. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. São Paulo, Papirus, 1996.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília, UnB, 1991.

ZABALLA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.